



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Entrevista ao Jornalista Thomas Kamm, do *The Wall Street Journal*, no dia 21 de Setembro de 1990

Jornalista: Qual a mensagem que o senhor pretende levar aos Estados Unidos sobre o Brasil, na viagem que para lá fará ainda este mês?

Presidente: Buscarei transmitir, fundamentalmente, a mensagem do que está ocorrendo hoje no Brasil, uma profunda revolução econômica e cultural. Essa foi a mensagem que a sociedade brasileira expressou nas urnas das últimas eleições presidenciais, e que está sendo consubstanciada na série de medidas que adotamos com vistas à estabilização da economia, passo inicial para a retomada do crescimento. Tudo isso desaguará numa política social rigorosa para corrigir as iniquidades hoje existentes.

Inflação

Jornalista: O senhor falou em derrubar a inflação, em eliminá-la, mas ela ainda está estável e até mesmo subindo um pouco.

Como o senhor pretende baixar mais a inflação, sem uma recessão profunda?

Presidente: Com a adoção das políticas monetárias e fiscal que vêm sendo executadas. Saímos de um patamar inflacionário de quase 90% ao mês para cerca de 10%. Embora o índice ainda esteja elevado, isso já foi uma grande vitória. Há alguns pontos a considerar: tínhamos, para este ano, a previsão de um déficit público equivalente a 9% do nosso Produto Interno Bruto; com as políticas que praticamos, essa previsão passou a ser a de um superávit entre 0,5% e 1% do PIB. Estamos, também, reformulando o papel do Estado na economia, estamos iniciando um processo rigoroso de privatização. Enfim, estamos tomando todas as medidas necessárias para que esse projeto de ajustamento econômico, que visa fundamentalmente liquidar com a inflação, resulte vitorioso. Estamos no Governo há pouco mais de seis meses, muita coisa já foi feita, mas muito resta ainda a fazer. O trabalho é difícil, mas motiva-nos a certeza de que será recompensado com a vitória final sobre a inflação.

Crescimento Econômico

Jornalista: Mas o senhor não tem medo de uma recessão mais profunda? Antes o senhor mencionou a preocupação com a política social. A situação não fica um pouco incompatível?

Presidente: Não, absolutamente não há incompatibilidade. Estamos promovendo essa profunda reforma econômica exatamente para obter resultados abrangentes na área social. O programa econômico não é um fim em si mesmo, o fim maior desse processo é o de dar ao Estado condições para o atendimento das demandas sociais. Meu governo só encontrará sentido quando conseguir, recuperando a credibilidade do Estado e obtendo a estabilidade orçamentária, atender a essas demandas sociais.

Quanto à questão da recessão, desde o início do programa se previa que pudesse haver uma depressão. Depois passou-se a

falar em recessão, mas até hoje, pelo que nós estamos podendo observar, é que nem uma nem outra coisa se verificou de forma bruta. O nível de emprego vem sendo recuperado. O que alguns definem como recessão, eu defino como acomodação, uma acomodação aos novos tempos em que estamos vivendo. Estamos saindo de uma economia centralizada, intervencionista, para uma economia livre. Estamos abrindo nosso mercado, estamos expondo as nossas indústrias, de uma forma gradativa, à competitividade internacional, estamos estabelecendo as condições essenciais para que o livre mercado possa operar. Liberamos os preços, estamos combatendo o processo inflacionário com os preços liberados em sua quase totalidade. Ou seja, a inflação está no nível em que se encontra, mas sem pressões reprimidas, sem artificialismo, porque estamos combatendo a inflação com políticas econômicas muito bem delineadas.

A Crise no Golfo Pérsico

Jornalista: A crise no Golfo Pérsico não poderia vir a agravar essa situação e ameaçar o Plano?

Presidente: A situação no Golfo nos preocupa bastante, porque muito mais do que afetar a economia brasileira ela afeta a estabilidade mundial. Isso é algo muito mais sério do que o eventual reflexo que possa ter sobre nosso programa de estabilização. Claro que esses eventuais reflexos sobre a situação interna nos preocupam, mas não tanto quanto a fissura que ela ameaça trazer à paz mundial.

Jornalista: Mas li ontem, num jornal, sobre o peso adicional de muitos bilhões de dólares (na conta-petróleo). Isso não é uma coisa que possa vir a ameaçar o Plano econômico?

Presidente: Ameaçar, não, mas cria dificuldades. Essa crise inspira a nossa capacidade criadora no enfrentamento e resolução de problemas.

Entendimento Nacional

Jornalista: O senhor está propondo, agora, a formação de um pacto, de um entendimento nacional. Não compreendo exatamente o que seja esse entendimento; trata-se de uma acomodação entre o Governo, os sindicatos e as empresas?

Presidente: Bom, desde minha campanha para a Presidência da República advertia para o fato de que qualquer que fosse o eleito, ele não governaria com seu partido ou com um grupo de partidos, que ele só governaria, só conseguiria governar, se envolvesse todos os segmentos da sociedade nacional em torno de propósitos e metas muito bem delineadas. Daí ter lançado a idéia de se promover esse entendimento nacional, um fórum onde pudéssemos todos nos sentar sem recriminações mútuas, sem acusações históricas ou estéreis e sem qualquer tipo de predisposição contra «a» ou «b», pudéssemos encontrar, democraticamente, formas e fórmulas civilizadas de convivência, compatíveis com a democracia em que vivemos.

Jornalista: Mas, concretamente, o que significa isso nesse momento?

Presidente: Trata-se de um passo muito importante, na medida em que os espíritos ficam desarmados, em que todos ficam solidários em torno do Brasil — não em torno do Governo. Esse entendimento não significa, nem nós pretendemos, um apoio ao Governo. O Governo é muito pequeno diante da grandiosidade dos problemas e das necessidades do Brasil. Para a solução desses problemas e o atendimento dessas necessidades é essencial que todos os seus filhos estejam unidos em torno de pontos comuns.

Jornalista: Por exemplo?

Presidente: Por exemplo, o combate à inflação, a melhor distribuição de renda, a construção de um país socialmente mais jus-

to. São questões que devem ser tratadas sem radicalismo de parte a parte. O importante é que todos esses temas sejam tratados livremente nesse fórum do entendimento nacional, para que possamos alcançar pontos de convergência sobre os tópicos que mencionei, em torno dos quais devemos estabelecer uma série de ações com eles conseqüentes.

Jornalista: Mas o objetivo final não seria, por exemplo, um acordo para que as empresas não aumentem os preços e os sindicatos não reivindiquem novos aumentos salariais?

Presidente: Nós temos no Brasil dois grandes obstáculos ao programa de estabilização econômica: de um lado, uma minoria que exerce o que chamamos de «capitalismo selvagem», de outro, a que exerce o «sindicalismo selvagem».

Jornalista: O senhor se refere à CUT?

Presidente: Eu me refiro a todos aqueles que são contrários a qualquer tipo de entendimento, e a CUT, agora, em sua última reunião, decidiu participar, está numa posição positiva e construtiva. Esses dois extremos a que me referi se merecem, são ambos nocivos ao processo de reconstrução nacional. Os que praticam o «capitalismo selvagem» continuam a insistir em margens de lucro excessivamente elevadas. Como se sabe, no Brasil, esses representantes do «capitalismo selvagem» acham que podem aplicar uma margem de lucro de 100%, e que fazer menos do que isso é ser incompetente. Da mesma forma, não podemos concordar com aqueles que, do lado do chamado «sindicalismo selvagem», querem a indexação de preços e salários, porque já ficou demonstrado no passado, na prática, que a indexação não garante a estabilidade da economia. Temos, portanto, que retirar desses dois segmentos essas idéias que tramam contra o interesse nacional e fazer com que um e outro cheguem à conclusão de que devem mudar suas posições. As margens devem ser reduzidas e a indexação esquecida. Se queremos uma economia moderna e competitiva, teremos que implementar a livre negociação. O ganho real de salário só pode se efetivar mediante ganhos de produtividade. Fora disso é uma ilusão imaginar-se que

possa haver uma real recuperação salarial. Este é um dos temas que, dentre tantos outros, eu espero possa ser analisado na mesa do entendimento nacional.

Jornalista. Não haveria uma contradição na decisão da CUT de participar do entendimento e, ao mesmo tempo, propor a indexação?

Presidente: Não, não é, porque se não houvesse essas posições discordantes não haveria a necessidade do próprio entendimento. O entendimento é para que aproximemos nossas posições. O que é fundamental é que pensemos um pouco no Brasil, no futuro do País, e não em questões pessoais, partidárias ou de grupos localizados.

Dívida Externa

Jornalista: O Governo dos Estados Unidos, os bancos credores e agora, um pouco, o FMI estão pressionando o Brasil para pagar uma parte de sua dívida ou pelo menos, uma parte dos atrasados, para que se volte à renegociação. O Brasil estaria disposto a aceitar isso?

Presidente: Não é bem assim...

Jornalista: Talvez no caso do Fundo Monetário Internacional seja um pouco diferente, mas os dois primeiros parecem estar pressionando...

Presidente: O que o FMI está ponderando, e que nos transmitiu através de seu diretor, o Sr. Camdessus — e que é uma coisa absolutamente normal —, é que ele somente poderia fazer chegar nossa carta de intenções aos bancos credores quando sentisse a disposição do Governo brasileiro de iniciar a negociação com eles, através do Comitê Assessor. O Sr. Camdessus parece

refletir uma preocupação que o Fundo e alguns bancos tiveram quando iniciamos as conversas informais, com bancos em separado. Contudo, já dissemos que em momento algum pretendemos iniciar qualquer tipo de negociação que não seja pela via do Comitê Assessor. Apenas o que não podíamos deixar de fazer era deixar de atender às solicitações de alguns bancos credores que, independentemente do Comitê Assessor, desejavam conversar conosco. Naturalmente nós aceitamos, todos os que vieram aqui para conversar foram recebidos, com eles trocamos idéias. Mas isso não significa que em qualquer momento quiséssemos demonstrar um desprestígio do Comitê Assessor.

A questão da dívida externa deve ser reduzida à sua simplicidade. A dívida é um assunto que deve ser tratado entre as duas partes interessadas: o credor e o devedor. Da parte de quem tem a receber há o interesse de cobrar o máximo possível, no menor espaço de tempo; de quem tem que pagar pechincha o máximo possível, para pagar a menor taxa de juros e obter os maiores prazos. Isso é uma coisa que todos nós fazemos no nosso dia-a-dia. Estranho seria se fizéssemos de modo diferente. O que desejamos é uma negociação lúcida uma negociação consistente, que nos permita o cumprimento efetivo daquilo que assinarmos. Não nos interessa fazer como tantas vezes foi feito no passado, de assinar uma carta de intenções ao FMI para, dentro de uns poucos meses, não poder cumprir aquilo que se disse que iria cumprir. Para nós, esse não seria o caminho correto. Queremos fazer um acordo com os bancos credores, mas terá que ser dentro de bases que tenhamos a certeza de que poderemos cumprir.

Jornalista: E quais seriam elas, exatamente?

Presidente: Isso vai depender da negociação que será iniciada no próximo mês de outubro com os bancos credores. A condicionante essencial é que não podemos abrir mão de nosso crescimento econômico. Essa é a nossa tese principal, tese que está incluída em nossa carta de intenções ao Fundo Monetário que, pela primeira vez, a aceitou. Ou seja, o critério do respeito ao crescimento econômico foi examinado pelo FMI e considerado como algo procedente.

Jornalista: Isso significaria limitar as possibilidades de pagamento?

Presidente: Nós não podemos pagar além das nossas possibilidades, porque estaríamos, com isso, comprometendo nossa capacidade de pagamento do principal da dívida. Eu costumo comparar a situação do Brasil com a de uma empresa, que poderíamos chamar de «Brazilian Corporation». O que houve, fazendo um paralelo com a situação do País, é que nessa empresa foi eleita uma nova administração. Os acionistas reuniram-se e resolveram mudá-la. A nova diretoria decidiu vender ativos, restabelecer o orçamento e diminuir os gastos, enfim, tratou de prepará-la para novamente voltar a crescer e a dar lucro.

Há, em curso, uma grande negociação da «Brazilian Corporation» com seus bancos credores. Esses bancos não devem olhar para a empresa como se ela fosse ainda administrada pelo *board* que foi substituído e que a tinha levado à falência. O entendimento tem que ser feito com base no que está sendo feito pela nova diretoria que, desde que assumiu, está tomando as medidas corretas, está promovendo as reformas estruturais necessárias. Ou seja, estamos assistindo a um processo de recuperação que vai permitir que a empresa volte a se tornar viável e lucrativa. Não se pode, pois, exigir que a empresa tenha que pagar recursos de tal monta que inviabilize o sucesso de seu programa de recuperação. Foi essa a idéia que o FMI aceitou.

Os bancos, na negociação, não querem receber tudo. O que eles querem mesmo constatar é se a empresa foi mesmo recuperada e está em condições de voltar a crescer, de continuar pagando os juros sobre a dívida, de modo que possam vir, mesmo, a emprestar mais dinheiro à empresa. A eles não interessam asfixiá-la. Na nossa negociação esse é um ponto fundamental. Não se trata de saber quanto o País poderá crescer depois de pagar a dívida externa, mas sim o quanto poderemos pagar depois de garantido o nosso crescimento econômico. Creio que essa tese já foi perfeitamente assimilada não só pelo Fundo Monetário Internacional, mas também pelos bancos importantes entre os nossos credores.

Jornalista: Mas o Brasil estaria disposto a fazer um pagamento agora, como querem o Governo dos Estados Unidos e os bancos?

Presidente: Vamos analisar, vamos discutir o assunto. Aliás, as negociações com os bancos serão exatamente para isso, para chegarmos a definições.

Jornalista: Sim, mas acho que o Governo dos Estados Unidos quereria um pagamento antes da negociação...

Presidente: Esse é um assunto que será tratado na negociação, é exatamente por isso que há a negociação. É aquilo que eu já disse, uns querem receber logo, no prazo mais curto, o máximo que puderem. Nós, por outro lado, queremos evitar pagar muito num prazo curto...

Jornalista: Mas o senhor não acredita que o FMI só liberará os recursos para o Brasil depois de feito esse pagamento aos bancos?

Presidente: Não, eu prefiro acreditar que o FMI vai liberar a verba antes mesmo de qualquer entendimento. Cada um deve ter sua visão e defender suas posições. Mas tudo vai depender, naturalmente, do andamento das negociações que serão iniciadas ainda no mês de outubro.

Venda de Armamentos

Jornalista: O Brasil foi considerado um país pouco confiável na questão de vendas de armas a outros países. Depois das notícias sobre as atividades do Brigadeiro Piva, esse assunto volta aos noticiários. Gostaria de saber o que o Brasil pode fazer para garantir aos Estados Unidos que é um país confiável?

Presidente: Veja bem, o Brasil não tem a preocupação de parecer confiável ao país «a», «b» ou «c». O Brasil tem a obrigação de ser confiável para sua população, tem a obrigação de ser um país digno, como está sendo hoje. Em relação à questão do Iraque, muitas coisas são ditas, mas poucas comprovadas. Se formos verificar, hoje, os armamentos de que dispõe o Iraque, veremos que zero ponto zero alguma coisa foi fornecido pelo Brasil: são aviões «Tucano», de treinamento, e algumas armas defensivas. Na verdade, quem armou o Iraque foram os países desenvolvidos. As armas químicas de que dispõe o Iraque não foram fornecidas pelo Brasil, também não o foram os caça-bombardeiros F-5. Naturalmente, a corda sempre arrebenta do lado mais fraco, e é muito fácil dizer que o Brasil é o culpado.

Sobre a questão do ex-Brigadeiro Piva, trata-se de oficial da reserva das Forças Armadas que constituiu uma empresa de consultoria técnica e através dela presta serviços ao Iraque, da mesma forma que ex-embaixadores e ex-secretários de Estado norte-americanos prestam serviços a diversas empresas. Essa é uma coisa na qual o Governo brasileiro não tem por que interferir, embora possa ter o direito de ver com muitas reservas esse tipo de relacionamento.

Confiabilidade, que é outro assunto que abordou, não se adquire, ou readquire, com discursos e sim com exemplos, com atos concretos. Por isso há essa confiança da sociedade brasileira quanto ao destino do País, porque muito mais do que discursos e promessas, estamos tomando atitudes conseqüentes no sentido de melhorar, de fazer com que o Brasil se transforme num país que tenha um norte definido, com bússola, um país com um governo que funcione, que trabalhe pela melhoria das condições de vida da população. É a partir da reconquista da confiança interna, que é a que nos interessa, que mostraremos ao mundo todo que o Brasil é um bom parceiro, que o Brasil é um país que se prepara celeremente para ingressar no Primeiro Mundo, cumprindo com seus acordos, demonstrando estar apto à competitividade e, sobretudo, mostrando-se conciliado com a comunidade internacional em torno de propostas que hoje são objeto de discussão e de análise no mundo inteiro, como a questão nuclear, a ecológica e a indígena.

Supercomputador

Jornalista: Como o senhor sabe, existe um movimento nos Estados Unidos contra a venda de um supercomputador ao Brasil e acho que contra a venda de combustível para foguetes, também. Eu gostaria de saber se o senhor pretende oferecer algumas garantias aos Estados Unidos de que esse material não vai acabar em mãos erradas?

Presidente: O que há, no Brasil, é que no passado e desnecessariamente, rotularam-se como «segredos» muitos empreendimentos. Não existe nenhum controle mais efetivo do que aquele exercido pela própria sociedade em relação a qualquer projeto do Governo. Então, revestiu-se de um manto de segredo — a questão da segurança nacional — atividades como a nuclear, que deveria, desde o início, ter sido colocada em debate perante a opinião pública nacional, de forma transparente. Esse foi um momento da história brasileira, e não cabe a mim tentar ou querer apontar culpados ou inocentes. Penso que hoje todas as atividades do Governo devem ter a maior transparência possível e ser do conhecimento da sociedade como um todo. Estamos, hoje, promovendo uma profunda reavaliação da questão nuclear. Já afastamos, de forma definitiva, a possibilidade da explosão nuclear, mesmo para fins pacíficos, pois não entendo como pode ser qualificada dessa maneira um teste de bomba nuclear.

Jornalista: Então, na área nuclear, o senhor quer acabar com esse programa chamado paralelo?

Presidente: Já afastamos definitivamente essa possibilidade. O nome de programa paralelo não me parece bom, porque tem a conotação de programa clandestino, de programa feito às ocultas. O que desejo é tornar nitido para a sociedade o que significa esse programa. Nosso objetivo é, eventualmente, dispor da energia nuclear — se essa for a conclusão dos estudos que esta-

mos realizando, com vistas a uma profunda reavaliação do setor — para ser utilizada com fins medicinais, humanitários, nunca com fins destrutivos. Tudo o que estiver dentro dessa linha merece a nossa consideração. Essa profunda reavaliação a que me referi será feita da maneira mais aberta possível para a opinião pública. A fase armamentista já passou no mundo. Gastava-se somas brutais com armamentos enquanto não tínhamos recursos para evitar a mortalidade infantil e a devastação do planeta. Não há recursos, no mundo, para programas de alfabetização nas áreas mais atrasadas do planeta, mas pode-se acumular gigantescos arsenais atômicos, de mísseis. Eu me pergunto, o que vão fazer com essas bombas atômicas?

Meio Ambiente

Jornalista: Uma pergunta sobre o meio ambiente. O senhor nomeou Lutzenberger como Secretário do Meio Ambiente, mas especialistas falam que não vêem uma grande diferença entre o Brasil de antes e o Brasil de agora. O que o senhor quer fazer, além das ações simbólicas, para mostrar a preocupação com o meio ambiente?

Presidente: Há muito mais do que simbolismo, há uma decisão, um estado de espírito, um posicionamento muito claro em relação à questão do meio ambiente. Não é o simbolismo das ações somente que é forte, mas a determinação de uma política, que vem sendo exercida desde o primeiro dia de governo. Naturalmente é incômodo, para algumas pessoas, verem que a preservação ambiental vem sendo tratada pelo Governo brasileiro com muita ênfase. O Professor Lutzenberger é Prêmio Nobel Alternativo da ecologia e é reconhecido, não por mim, mas internacionalmente, em qualquer fórum em que se discuta a questão ambiental, como um homem entre aqueles que estão no topo dos topos da questão ambiental e ecológica. Nós deixamos aquela posição defensiva e muito acomodada de réus do proces-

so e passamos para a vanguarda. Em relação à questão ecológica, o Brasil não tem nada a esconder, porque ao Governo brasileiro não falta a coragem necessária para enfrentar os problemas e dar-lhes soluções. Na Amazônia, por exemplo, nós temos 400 milhões de hectares de floresta e, desses 400, 40 milhões já foram devastados. Se não fossem as medidas que adotamos, essa devastação estaria continuando a uma razão de 4 milhões de hectares por ano.

Jornalista: Quais as medidas?

Presidente: Não somente tornamos mais dura a legislação, como estamos alocando material e equipamentos, como helicópteros para agilizar a ação do IBAMA. Essa atitude enérgica do Governo vem desestimulando, nessa fase inicial, os devastadores do meio ambiente de uma forma geral. Hoje mesmo é Dia Internacional da Árvore. E eu estarei assinando um decreto para preservarmos o restante da Mata Atlântica, uma mata que corria todo o litoral brasileiro e que fazia a beleza desse litoral: eram o mar, a montanha e a mata. A Mata Atlântica vem sendo devastada e hoje resta pouca coisa dela. Estamos, hoje, assinando esse decreto, impedindo a continuação, sob qualquer pretexto, da derrubada de uma árvore sequer. Da mesma forma, há dois meses, começamos o processo de recuperação de uma área de 250 km², no Estado do Pará, com o plantio de *Pinus*. Em suma, temos duas atuações fundamentais na questão ecológica, no que diz respeito às florestas: primeiro, evitar a devastação; segundo, recuperar o que já foi devastado. Precisamos, no entanto, discutir isso sem incriminações mútuas. Precisamos sentar-nos todos à mesa para sabermos de que maneira cada um pode ajudar o outro.

Jornalista: O Brasil precisa de fundos para isso?

Presidente: O Brasil precisa de acesso à tecnologia que chamamos de «limpa», que nos permita atuar com mais eficiência no combate à devastação. Ela precisa ser oferecida a países como o Brasil. Nesse dia em que autorizamos o início da recuperação de uma área de 250 km² no Pará, nós também autorizamos a

constituição de uma Fundação Internacional para que todos aqueles que desejam participar do trabalho de evitar esse processo de dilapidação, por assim dizer, dos nossos recursos naturais, nos auxiliem.

A importância da Floresta Amazônica, é bom que se frise, além de inúmeros outros fatores, não está, como alguns pensam, no fornecimento de oxigênio à atmosfera, porque o oxigênio que ela coloca, ela necessita. A importância da Floresta Amazônica está no que tange ao clima, porque esse processo de pegar o gás carbônico, reciclar e jogar o oxigênio produz uma energia extraordinária. Para que se tenha uma idéia dessa energia, ela equivale, por dia, ao fornecimento de energia equivalente a vinte bombas atômicas de Hiroshima. É outro tipo de energia, mas com o mesmo valor, com a mesma força. Por que há uma preocupação maior com a questão da Floresta por parte dos países do Norte europeu? É porque, sem a Floresta Amazônica, esses países do Norte europeu não existiriam. Basta ver do outro lado do globo: exatamente antípoda à Europa do Norte está a Groenlândia, que é gelo. A importância da floresta tropical brasileira, dentre inúmeros motivos, fundamentalmente repousa no equilíbrio climático do planeta. E nós estamos numa luta sem tréguas para defender a nossa floresta.

Integração

Jornalista: A última pergunta, que é importante para os Estados Unidos. Fala-se muito agora da integração da América Latina, do Mercado Comum, e eu gostaria de saber se o senhor acha que isso é realista e qual a importância do Plano Bush para essa iniciativa?

Presidente: Sem dúvida, a integração latino-americana é um dos objetivos dos governos democráticos que se instalaram no nosso continente nos últimos anos. Em relação, por exemplo, ao Brasil e à Argentina, essa integração caminha a passos largos. Até

o final de 1994, o Brasil e a Argentina estarão com os seus mercados inteiramente integrados. Isso significa sem barreiras, sem nada. Os produtos caminhando normalmente, como se fosse de um estado brasileiro a outro, de uma província argentina a outra. A partir dessa integração Brasil-Argentina, também se associará o Uruguai, posteriormente o Chile e o Paraguai. Ou seja, a integração latino-americana começa por onde não poderia deixar de ser, pelo Cone Sul. A iniciativa Bush está perfeitamente de acordo com essa intenção dos governos democráticos do nosso continente. Ela potencializa esse ideal de integração latino-americana. Foi muito bem recebida por todos nós, que desejamos lhe dar consequência prática, tão cedo quanto possível.

Iniciativa para as Américas

Jornalista: O senhor sabe, exatamente, o que é essa iniciativa?

Presidente: Eu acredito que nem mesmo o Presidente Bush imagine o quão positiva é essa iniciativa, já que ele deixa inteiramente aberta qualquer possibilidade que possamos aventar. Assim foi o Plano Brady, que nasceu de um discurso. O México pegou pela palavra o discurso feito pelo Secretário Brady e tornou-o operacional. Eu me lembro de que, quando presidente eleito, em visita aos Estados Unidos e me entrevistando com o Presidente Bush, na presença do Secretário Brady, eu perguntei: «Mas Presidente, não há nenhuma intenção do Governo americano de melhorar um pouco o chamado Plano Brady?». Ele disse: «Presidente, posso lhe informar o seguinte: dentro de mais algum tempo o senhor vai ter uma surpresa agradável, porque vamos ter algo melhor do que o senhor diz, uma flexibilização do Plano Brady. Só não quero dizer agora qual é esse plano porque senão o Brady vai dizer que é o Plano Brady II, e eu quero que esse seja o Plano Bush». Meses depois, verificamos que essa «Iniciativa para as Américas» era aquilo a que o Presidente Bush havia se referido na reunião e que tem três

pontos principais: a questão da dívida, a questão comercial e a questão da integração. Nós queremos estabelecer por qual desses pontos poderíamos começar, e para isso já houve uma reunião entre os chanceleres do Brasil, do Uruguai e da Argentina visando apresentar uma proposta concreta ao Governo americano.

Jornalista: Essa proposta será apresentada dessa vez?

Presidente: Não, essa primeira reunião foi realizada aqui no Brasil nos dias 1º e 2 de setembro. Posteriormente a proposta será levada ao Governo americano, para que seja analisada e estabelecida a forma de colocar em prática essa iniciativa do Presidente Bush.

*Entrevista concedida ao jornalista
Thomas Kamm, do The Wall Street Journal, por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
em Brasília, DF, no dia 21 de setembro de 1990.*